

DEPOSITO LEGAL
- 7 NOV. 1974

Esquerda Socialista

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 3 / 30 Outubro 1974 Preço 2\$50

PREÇOS



HOMENAGEM A CARLOS MARIGHELLA

No próximo dia 4 de Novembro passa o 5.º aniversário do assassinato, pela PIDE brasileira, de Carlos Marighella, dirigente da Acção Libertadora Nacional — A. L. N.

Carlos Marighella representa o início da resistência armada à ditadura militar: o seu nome inscreve-se hoje ao lado de Che Guevara, Carlos Lamarca, Miguel Henriques e de centenas de outros heróis das lutas contra a exploração capitalista e imperialista e pela revolução socialista.

Como cá, antes do 25 de Abril, a repressão mais brutal tem-se exercido sobre os patriotas brasileiros — censura, torturas, assassinatos — mas apesar disso a resistência continua a intensificar-se.

O M. S. P., a L. U. A. R. e o M. E. S. manifestando a sua solidariedade com a luta do povo brasileiro e homenageando a memória e o exemplo do camarada Carlos Marighella, levam a efeito na próxima 2.ª feira dia 4 de Novembro em Lisboa e terça-feira dia 5 de Novembro no Porto, um debate no qual intervirão representantes das três organizações, além de um camarada brasileiro. No decorrer do debate será projectado um filme sobre as torturas no Brasil. Oportunamente serão divulgados pormenores sobre o local da reunião.

Solidariedade com o povo irmão do Brasil!

Movimento Socialista Popular — M.S.P.

Liga de União e de Acção Revolucionária L. U. A. R.

Movimento de Esquerda Socialista — M. E. S.

Esquerda Socialista

M.D.P. — Esclarecimentos necessários pag. 2

Entrevistas com Pereira Marques e Mário Murteira pag. 4 e 5

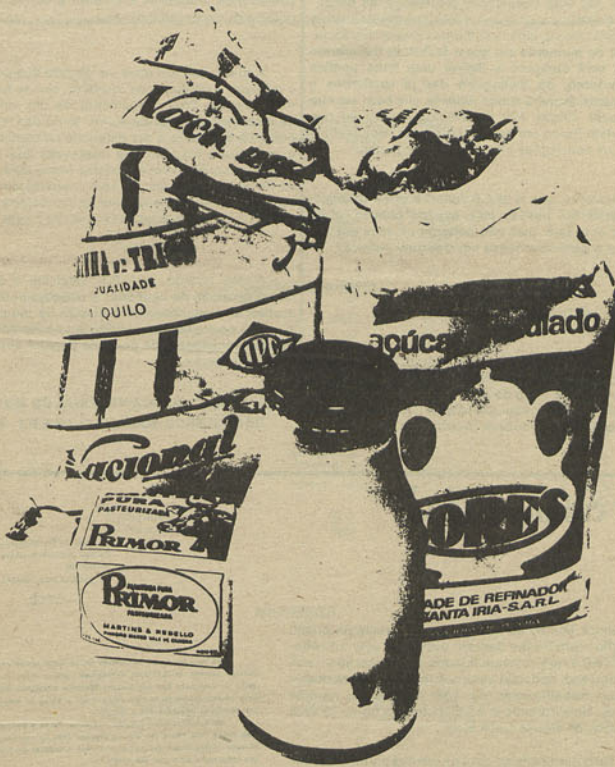
Homenagem a Marighella pag. 6 e 7

Lei do arrendamento rural pag. 8

Rurais manifestam-se em Beja pag. 9

Uma escola ao serviço de quem? pag. 10

Uma sociedade para todos? Um lugar para si? pag. 11



PRECISAM

VIGILÂNCIA!



PAG. 3



Esquerda Socialista

Composto e impresso — Renascença Gráfica, S. A. R. L.
Rua Luz Soriano 44 — Lisboa
Distribuidora «O Século»

Jornal semanal, propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Director Interino César Oliveira

MDP-esclarecimentos necessários

Como é do conhecimento público, o M.E.S. tem estado presente em vários pontos do país, através da participação dos seus militantes nas estruturas e iniciativas do M.D.P.

Consequentemente, soube o M.E.S. do lançamento de duas iniciativas recentes do M.D.P. : as **Jornadas Democráticas e a sua possível transformação em partido.**

Sobre estas questões, julga o M.E.S. dever esclarecer a sua posição nos termos seguintes:

JORNADAS DEMOCRÁTICAS

Quanto às Jornadas Democráticas e no entendimento de que estas possam construir um local de discussão e análise da conjuntura política nacional e das medidas que a mesma impõe às forças de esquerda portuguesas o M.E.S. decidiu que os seus militantes participem nas mesmas, preparando-se, enviando trabalhos e participando nas sessões a que houver lugar. Esta intervenção não poderá deixar de se fazer dentro da perspectiva política que o M.E.S. vem intrinsecamente defendendo, que se julga ser a mais correcta no presente momento, e insere-se dentro da linha que o M.E.S. adoptou e praticou, como organização política, adentro das estruturas do M.D.P. Na verdade, o M.E.S., sempre considerou que o M.D.P. reunia condições particulares para congregação das diversas forças de esquerda na luta democrática e anti-fascista e de consciencialização e intervenção políticas de certas camadas da população portuguesa, tendo procurado trabalhar nesse sentido desde o 25 de Abril. Permita ainda o M.D.P. uma mínima estrutura de convergência das diversas organizações políticas em certos campos de actuação que na prática ainda se não havia mostrado inútil e ultrapassada no estágio actual.

As Jornadas Democráticas deveriam ser, por conseguinte, uma expressão da diversidade de correntes e organizações da esquerda portuguesa na perspectiva da luta unitária, democrática e anti-fascista, e, nesse sentido, o MES continua interessado em nelas participar.

TRANSFORMAÇÃO DO M.D.P. EM PARTIDO POLÍTICO

Por outro lado, e quanto à transformação do M.D.P. em partido político, o M.E.S., tendo-se afastado de qualquer polémica sobre essa eventualidade, por lhe parecer uma disputa partidária de menor relevância, vê-se, no entanto, constrangido, face à concretização desse projecto, que tudo parece confirmar, a tomar uma posição consequente com os princípios que vem defendendo e pode consubstanciar-se, resumidamente, no seguinte:

O M.D.P. apareceu, até ao presente momento como movimento político sem definição partidária aglutinando pessoas que, mesmo militando em partidos políticos e sem abdicar das suas convicções partidárias, se encontravam numa estrutura unitária na luta por determinados objectivos concretos e, alguns sob uma perspectiva socialista. **A partir do momento em que o M.D.P. se transforme em partido, será obrigado a definir uma linha política que se sobreporá, ou distinguirá das já existentes e necessariamente excluirá todos aqueles que com ela não se identifiquem.** Assim, não parece possível obviar que o M.D.P. transformado em partido tenha que excluir estes militantes com convicções partidárias divergentes.

Evidentemente que o M.E.S. não se opõe à constituição de mais um partido cujo espaço político, aliás, não se sabe qual seja, mas não poderá os seus militantes continuar a participar nesse novo partido político.

PRIVILEGIAR O TRABALHO ELEITORAL

Acresce que o M.D.P. ao propor transformar-se em partido, com manifesto objectivo de disputar as próximas eleições, define uma linha de actuação que, embora subjacente a toda a sua actuação desde 1969, não havia adquirido hegemonia no próprio Movimento Democrático.

Essa actuação pode resumir-se na tendência para privilegiar o trabalho eleitoral, a participação nos órgãos do governo, o predomínio da direcção sobre a orientação do movimento e o controle da iniciativa das suas bases, aspectos que os ora militantes do M.E.S. sempre repudiaram antes e depois do 25 de Abril. Nem se diga que o M.D.P. como partido poderá captar os votos das camadas menos esclarecidas do próximo eleitorado, quando a verdade é que não é pela «caça ao voto» e no domínio do jogo eleitoral que essas camadas adquirirão maior consciência política e entendimento dos seus verdadeiros interesses de classe. Este entendimento e esta consciência de classe não de adquirem, como se sabe, através das eleições, nem da luta eleitoral, limitada à expressão dos interesses partidários, mas sim, no avanço e perspectivação das lutas reais que as massas trabalhadoras dia a dia levam a cabo e onde se vão clarificando os seus verdadeiros interesses e criando a correcta consciência política do processo em curso.

Não é formando mais um partido que possa aparecer a moderar o conjunto da esquerda que se baterá a direita nas eleições. Só o lançamento de um amplo processo de discussão e mobilização em torno das leis e projectos políticos que estão a ser definidos na cúpula governativa, e que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores e da democracia real e efectiva neste país, (lei eleitoral, lei da greve, etc.), discussão e mobilização que o M.D.P. não promoveu, poderia criar as condições para impedir o avanço da reacção e dos interesses a esta ligados.

Neste sentido, o M.E.S. reafirma o interesse e a sua disposição de continuar o trabalho político de democratização e de consciencialização de todas as camadas do povo português, no sentido acima aludido, numa perspectiva socialista e de controle popular sobre várias instâncias de poder.

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA (M.E.S.) 28/10/74

a quem servem as calúnias? (2)

O senhor Alfredo Vicente de Moraes, dirigente do Sindicato dos Engenheiros Técnicos, enganou-se, como o atesta a carta por ele dirigida à Comissão de Trabalhadores da Plessey Automática Eléctrica Portuguesa, e também distribuída por alguns sindicatos.

Estranhámos o engano do senhor Moraes e ainda mais a demora em o desmentir. Enganou-se na sexta-feira dia 11, foi-lhe dito que estava enganado, nesse mesmo dia, e só na quinta-feira dia 17 procedeu à rectificação do seu erro.

O senhor Moraes, na sua carta, cita o jornal «A Capital» de 3 de corrente como sendo a origem do seu erro. Lendo o referido jornal verifica-se que os indivíduos identificados como João de Azevedo Banha e José Marques Seabra Grilo estavam presos em Caxias por suspeitas ligações com a A. N. P. Na sua carta o senhor Moraes diz: «ligações com a reacção». Na reunião da Plessey, em que se enganou, o senhor disse: «por ligações com o Partido do Progresso».

O senhor Moraes ao ler no jornal a notícia da prisão de um Grilo e um Banha deduziu que eram dois trabalhadores da TAP e que estavam ligados ao famigerado Partido do Progresso, deduziu essa que lhe serviu para atacar a luta dos trabalhadores da TAP na referida reunião da Plessey, desvirtuando-a e caluniando-a como já vem sendo hábito de alguns sindicatos.

Mal vai o Sindicalismo com dirigentes como o senhor Moraes que cometem erros com esta irresponsabilidade e os usam para atacar aqueles que representam e deviam defender.

Os trabalhadores da TAP caluniados exercem actividades sindicais nos Sindicatos dos Electricistas, um, e no dos Metalúrgicos, o outro; qualquer deles apoia e defende os trabalhadores que representam e as suas lutas.

Reproduzimos a carta do Senhor Alfredo Vicente Moraes.

1
DO INSTITUTO DE TRABALHADORES DA
PLESSEY AUTOMÁTICA ELÉCTRICA
PORTUGUESA
AV. SIFÓDIO PAIS, 10-11, 114,
LISBOA-1

Na reunião de 11 de Outubro pelas 15,30 horas realizada na Plessey Automática Eléctrica Portuguesa onde se encontraram dois dirigentes do Sindicato dos Engenheiros Técnicos divulgaram erroneamente que dois trabalhadores da TAP de nome Banha e Grilo se encontravam presos por suspeitas ligações com a reacção.

Os senhores José Marques Seabra Banha e José Marques Seabra Grilo nada têm a ver com as pessoas João de Azevedo Banha e José Marques Seabra Grilo indicados no Jornal «A Capital» de 3/10/74 facto que originou o erro por mim cometido.

Manifestando sinceramente a vontade de não expressar o voto que neste facto não seja aproveitado para especulações contra o Sindicato a que pertence.

Depois à Comissão dos Trabalhadores da Plessey, se permito, na reunião que fiz de manhã com os indicados, expressar de viva voz o que aqui se escreve.

Agradecendo a divulgação desta carta junto dos trabalhadores da Plessey subscrevo

Alfredo Vicente de Moraes
Rua Jardim do Regedor, 37-38
Lisboa

- Uma cópia desta carta é enviada na mesma data aos Sindicatos que estiverem presentes.

PRECISAM VIGILÂNCIA



Depois do 25 de Abril, os trabalhadores libertos da repressão fascista intensificaram as suas lutas nomeadamente por melhores salários para subsistir e para satisfazer as suas necessidades de vida. E esse salários foram arrancados aos lucros dos patrões! Agora têm-se visto os preços de todos os bens subirem afluivamente. Porquê?

A subida dos preços dá-se porque o patronato industrial, comercial e bancário pretende manter e alargar as suas margens de lucro sobre os seus produtos.

Porque mais uma vez os patrões estão interessados em manter os seus lucros ao nível que desejam e assim recuperarem o que perderam logo a seguir ao 25 de Abril. E isso fez-se à custa de quem?

A custa do trabalho do povo português que vê no dia-a-dia o seu salário real diminuir e assim vê roubado pela inflação (aumento dos preços) o que conquistou na fábrica, no escritório ou na empresa. E assim cada vez mais o povo trabalhador vê dificultada a satisfação das suas necessidades fundamentais: a renda de casa, os transportes, os remédios, a comida, etc. O Governo após o 25 de Abril, foi também forçado a autorizar o aumento dos preços de alguns produtos de grande necessidade (leite, pão, açúcar), porque na verdade era impossível e

incorrecto continuar a política dos subsídios governamentais que vinham a arruinar o Orçamento do Estado; pretendeu assim seguir uma política económica mais realista muito embora isso implique que sejam também as classes mais desfavorecidas que suportarão tais aumentos. Se agora os preços dos géneros alimentares e das rendas de casa estão regulamentados, impõe-se VIGIAR esses preços, LUTAR contra os especuladores e os intermediários desonestos, MOSTRAR A NOSSA FORÇA ao patronato reacçãoário. E isso só se consegue se cada um de nós, e organizados também em «Comissões de Vigilância de Preços», o fizer no dia-a-dia DENUNCIANDO as especulações.

A luta pela vigilância dos preços é contudo um aspecto da luta mais geral do povo português.

Efectivamente as necessidades das massas trabalhadoras só poderão vir a ser satisfeitas com uma efectiva transformação das estruturas económicas e sociais o que implica uma luta contra a exploração de que o povo português é vítima.

A seguir fornece-se uma lista de preços máximos de venda ao público de alguns produtos de 1.ª necessidade, e que foi extraída de um relatório da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços — Direcção-Geral de Fiscalização Económica:

PÃO DE FARINHA E EMPOADA DE TRIGO 1.ª qualidade (Kg. 12\$00)

	na padaria	ao domicilio
Unidades 500 gr.	6\$00	6\$50
Unidades 250 gr.	3\$00	3\$30
Unidades 50 fr.	\$50	\$70

2.ª qualidade (Kg. 5\$50)

Unidades 500 gr.	2\$80	3\$10
------------------	-------	-------

LEITE

Embalagem de 1 L. (6\$00)

	nos postos de abastecimento e outros estabelecimentos	ao domicilio
Embalagem 0,5 l	3\$10	3\$30
Embalagem 0,25 l	1\$60	1\$70

MANTEIGA

	sem sal	meio sal	com sal
Pasteurizada Kg.	60\$00	58\$00	52\$00
Não Pasteurizada Kg		54\$00	

QUEIJO FLAMENGO

1 Kg.: 75\$00

MARMELADA

1 Kg.: 18\$00

AÇÚCAR

Granulado Kg.	12\$50
Refinado corrente	10\$80

FARINHAS

Embalagem 1 Kg	9\$00
Embalagem 500 gr.	4\$50

BRANCA DE NEVE

Supertina

Embalagem Kg.	9\$60
Embalagem 500 gr.	5\$00

Fina

Embalagem Kg.	9\$40
Embalagem 500 gr.	4\$80

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Qualidade Superior

	cutada	massinhas	meadas	bambus
Embalagem Kg.	13\$00	13\$00	13\$70	13\$70
Embalagem 500 gr.	6\$60	6\$60	6\$90	6\$90
Embalagem 250 gr.	3\$30	3\$30	3\$50	3\$50

Consumo Corrente

Ebalagem Kg.	8\$80	9\$20
Embalagem 500 gr.	4\$50	4\$70
Embalagem 250 gr.	2\$30	2\$40

DEPOIS DO 28 DE SETEMBRO ?



PEREIRA MARQUES (MILITANTE DA L.U.A.R.)

ES — Como é que interpretas os acontecimentos ocorridos em Portugal entre 28 de Setembro e 1 de Outubro?

PEREIRA MARQUES — Julgo que analisando friamente tudo o que se passou, não se pode cair no triunfalismo fácil que dá a impressão que quase se chegou já à conquista do poder pelos trabalhadores, à revolução socialista. Segundo nós pensamos, aquilo que se passou não foi senão o anúncio daquilo que se passará de futuro com outra dimensão muito mais séria. Em nosso entender, a principal causa foi a precipitação do processo de descolonização que não estava previsto inicialmente pelas forças de direita que, concretamente, Spínola representava. As forças da direita e do capitalismo subterráneo aproveitaram uma série de indivíduos dentro dos quais se englobam os pides, legionários, toda uma série de marginais, tais como, indivíduos desmobilizados da guerra nas colónias, que foram alguns que constituiram aqueles núcleos que realizaram o Congresso dos ex-combatentes e que seriam os homens de mão de toda uma série de partidos reaccionários que entretanto foram surgindo: Partido Liberal, Partido Progresso, etc. Parece-nos que houve precipitação face aos acontecimentos em Moçambique. A direita começou a pensar em intervir, mas, pelo modo como o fez, eu até direi de uma forma amadora. Tudo no fundo evidenciou um certo amadorismo da parte desses reaccionários. Neste amadorismo está implícito que estas forças reaccionárias que agora se manifestaram não são aquelas que representam no fundo um verdadeiro perigo para a experiência portuguesa, porque aquilo que nós consideramos que é o verdadeiro perigo, aquele perigo que ainda dará muito que falar, é aquele que é apoiado pela CIA, pelo imperialismo norte-americano e outro, que terá que intervir no sentido, não só de não permitir que o processo revolucionário do nosso país se agudize como tentará por todos os modos de impedir que haja uma real descolonização de Cabo Verde e sobretudo de Angola.

NOVAS PERSPECTIVAS: SPÍNOLA RENUNCIOU

ES — Com o afastamento do general Spínola e a derrota mais ou menos profunda e duradoura sofrida pela reacção e que via nele, o único representante possível e politicamente viável, quais são para ti e para vocês as perspectivas que se abriram?

PEREIRA MARQUES — Eu para já, antes de abordar o aspecto das perspectivas, dir-te-ei que não considero que a derrota da reacção seja tão duradoura, como tu dizes. Porque tu deves saber tão bem como eu, que entretanto, por exemplo, as coisas se precipitam em Cabo Verde. A nossa imprensa não fala praticamente nisso. Nós tivemos acesso a toda uma série de comunicados e papéis, que relatam acontecimentos que nós desconhecemos totalmente ou quase totalmente e que se passam nessa colónia. Porque é natural por parte dos cabo-verdianos mais ou menos organizados dentro do espírito do PAIGC que haja uma vontade de rapidamente conquistarem a independência. Por outro lado é evidente que entretanto em Angola as coisas se irão precipitar. Tudo isto implica como eu disse anteriormente, a escalada do imperialismo, das forças reaccionárias, a nível internacional. A próxima dimensão de avançada reaccionária terá outro nível. Terá um nível internacional. Porque para além do mais, por isso é que não estou de acordo contigo, quando dizes que é duradoura. Como tu deves saber, a nível internacional há uma crise geral do capitalismo, que já se está a reflectir na nossa situação e que forçosamente se irá reflectir cada vez mais. Essa crise do capitalismo irá provocar um precipitar das contradições. Esse precipitar das contradições

vai naturalmente provocar uma agudização da luta de classes. Essa agudização da luta de classes vai fatalmente provocar uma reacção das forças das classes possidentes. No entanto, é evidente, que com o afastamento do Spínola, com a neutralização de tudo isto que mais ou menos se estava a planear, é evidente que aquelas forças que eu considero que estiveram por detrás de tudo isto, que eu chamo de ultrarreaccionárias, ultracolónialistas, essas forças de momento estão paralisadas. Mas tentarão sempre organizar-se. E tentarão sempre organizar-se e aliar-se e servir de ponta de lança da outra direita, mais séria, pela dimensão dos interesses que a apoiam, e pelas potencialidades económicas, quer pela direita — CDS, que está a aparecer em força, com um «marketing» político estilo norte-americano e até mesmo do PPD e outros partidos desse género que entretanto possam surgir (e que até já surgiram, claro).

FAVORECER A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

ES — Uma das coisas que se tem falado em Portugal, não sei se a L.U.A.R., mas pelo menos algumas formações de esquerda afirmam que era a necessidade de uma aplicação progressista do Programa do MFA, nomeadamente no que ele respeita à estratégia antimonopolista e a favor das classes trabalhadoras. O que é que tu entendes por esta interpretação progressista?



PEREIRA MARQUES — É evidente, que dada até toda uma série de ambiguidades, toda uma série de imprecisões, que o Programa do MFA pode ter todas as interpretações que nós quisermos, ou quase todas. Como tu sabes reivindicamos o Programa do MFA desde o Movimento Popular Português, o Partido do Progresso e outros partidos reaccionários até ao Partido Comunista, Partido Socialista, etc. E possível, portanto, uma leitura progressista do Programa. O que eu considero é que não é possível se quer defender os interesses da classe trabalhadora, fazer, como fazem os partidos da coligação, com que a classe trabalhadora esteja condicionada pela leitura que o MFA ou até o Governo Provisório quer fazer desse Programa. A classe trabalhadora deve promover o desenvolvimento da sua luta e da sua auto-organização, e aí então surgem as organizações extra governamentais, as organizações de esquerda revolucionária que devem contribuir para essa auto-organização da classe trabalhadora.

Não é desmobilizando a classe trabalhadora como os partidos da coligação preconizam que se conseguirá fazer propriamente uma leitura progressista do Programa.

DEMOCRACIA PARLAMENTAR OU SOCIALISMO?

ES — Julgas que, por exemplo, medidas contra os despedimentos, medidas tendentes a dominar a capacidade de manobra do capital bancário, o pôr em marcha o início de uma reforma agrária, o apoio a cooperativas de produção poderiam ser algumas das medidas claramente favoráveis às classes trabalhadoras e pelas quais as classes trabalhadoras poderiam lutar desde já?

PEREIRA MARQUES — É evidente, que tudo isto são medidas pelas quais a classe trabalhadora deve lutar imediatamente, na medida em que houver uma resposta positiva

do MFA e essas reivindicações da classe trabalhadora: concretizando-as, é evidente, que se estarão a dar passos importantes no sentido daquilo que nós queremos, e que é a construção do socialismo. Mas também conforme essas medidas se forem concretizando as contradições vão-se precipitando, quer a nível social quer mesmo a nível do MFA e das Forças Armadas em geral.

ES — Eu concordo contigo e isto leva-nos a outra questão. Considero que só quando houver uma consciência de classe, que possa determinar a mobilização da classe operária, das classes trabalhadoras, dando-lhes uma autonomia de classe, é que poderão estar criadas condições para a revolução socialista. No entanto, tu atribuis um papel importante ao MFA. A questão que te ponho é esta: na eventualidade da democracia parlamentar ser altamente improvável em Portugal e não haver possibilidade, de imediato, de uma revolução socialista consideras que é possível uma forma transitória de poder popular que o MFA na sua dialéctica interna e no confronto com as classes trabalhadoras poderá assegurar?

PEREIRA MARQUES — Pois, no fundo é essa a grande interrogação que nós nos fazemos e que toda a gente fará, porque é esse o problema que se põe. Eu estou de acordo contigo, quando dizes que não há condições objectivas nem subjectivas que permitam uma revolução socialista em termos de conquista de poder pela classe trabalhadora organizada. Também consideramos que não há condições no nosso país e dada a conjuntura mesmo a nível internacional para instalar aqui uma democracia burguesa em termos democráticos burgueses como nos países avançados, etc. A forma que essa terceira via assumirá não te sei dizer. Seria um acto profético que eu não ousou sequer fazer. Mas acho que há possibilidades de se realmentar dentro, como tu disseste, da dialéctica interna do MFA, as forças progressistas conseguirem neutralizar todas as outras, se essas forças progressistas quiserem na realidade defender os interesses da classe trabalhadora, é possível realmente construir uma forma de conciliação entre as forças populares e as forças do MFA enquanto que centro do poder actual.

ES — A via peruana é só com militares. Assim essa possibilidade em Portugal seria com militares e civis...

PEREIRA MARQUES — É por isso que eu te digo, se se conseguir criar essa interligação necessária entre militares e civis e quando digo civis digo trabalhadores, é evidente, que será possível criar condições para um desenvolvimento acelerado, no sentido de uma sociedade mais justa, de uma sociedade socialista. Mas no fundo tudo isso será provisório, porque das duas uma: ou realmente se mantêm por toda uma série de panaceias, o capitalismo, uma forma mais ou menos violenta de capitalismo, ou realmente se entra declaradamente numa via socialista e isso exige que o poder de decisão, o poder de estado esteja na mão dos trabalhadores.

ES — O MES realiza um congresso em Dezembro, o Partido Comunista terá realizado o seu congresso quando este número do **ESQUERDA SOCIALISTA** vier a público, o Partido Socialista realiza também um congresso em Dezembro; certamente a L.U.A.R. terá realizado o seu congresso até ao fim do ano.

Com ou sem eleições, adiadas ou não foram criadas novas condições políticas, com o que há pouco concordamos. É possível na tua opinião uma aliança das forças de esquerda que não do Partido Comunista, no sentido de proporcionar ao MFA uma base social de apoio de carácter revolucionário até que agora não lhe tem sido dada?

PEREIRA MARQUES — Eu julgo que é possível, aliás é necessário, que essa aliança se concretize entre as forças de esquerda. Essa aliança será possível entre determinadas forças, à esquerda do Partido Comunista e do Partido Socialista. Pode alargar-se ainda a forças de esquerda que entretanto se mantêm numa posição intermédia entre o reformismo desses partidos que acabei de citar e o esquerdismo. Julgo que será possível o que aliás é necessário que isso até se concretize. Têm-se dado os primeiros passos nesse sentido. Que será no próprio desenvolvimento da luta, e é isso que nós pensamos, dizemos, repetimos, que essa aliança, essa unidade se irá criando até face às exigências concretas da luta política.

aplicação do Programa do M.F.A.

Quivimos também **Mário Murteira**, professor universitário e economista, membro do I Governo provisório, como ministro dos Assuntos Sociais que saiu sem ter, como é óbvio, nada a ver com o «golpe constitucional» de Palma Carlos.

MES. Como interpreta os acontecimentos ocorridos entre 27 de Setembro e 1 de Outubro?

Mário Murteira — As peripécias concretas desses dias decisivos apresentam-se ainda confusas e creio que o mesmo sucede com a grande maioria da população. Mas, no essencial creio que a interpretação é clara: várias forças contra-revolucionárias em parte agindo independentemente umas das outras, em parte concertadas no aproveitamento da chamada manifestação da maioria silenciosa, tentaram travar o processo em curso. Isto era de prever; já não era fácil de prever — pelo menos, para mim — que, estivessem tão perto de conseguir o que queriam. Parece-me que não devemos abusar de um certo «estado de graça» em que o País vive. Ou seja: a sorte ajuda os audaciosos, mas convém que os audaciosos (ou, melhor o M. F. A.) também ajudem a sorte. A melhor «ajuda» será talvez a mobilização popular para algo que, sendo a **luta contra a reacção**, seja também um conteúdo mais preciso de tarefas. Para além do salve-se quem puder das reivindicações espontâneas e mais ou menos legítimas de todos os insatisfeitos deste País.

Parece necessário começar-se a construir qualquer coisa realmente nova e significativa para o povo.

MES. Com o afastamento do general Spínola deixou de existir obstáculo a processo democrático. Que perspectivas políticas se abrirem?

Mário Murteira — O general Spínola desempenhou, na prática, e repetidas vezes após o 25 de Abril o papel contrário às suas intenções: consolidou o M.F.A., manteve-o em constante alerta e forçou-o a um papel político mais activo do que estaria talvez nas suas disposições iniciais. Neste sentido, o País ficou a dever grandes serviços ao general (que talvez se prolonguem no futuro). Em todo o caso, foi um constante processo de luta à beira do abismo, que aconteceu assim (tudo está bem quando acaba em bem) mas convirá não repetir.

As perspectivas políticas que se abrem, a meu ver, dependem sobretudo da leitura que o M. F. A. e os partidos políticos progressistas fizeram da actual situação de transição do capitalismo português, na ordem interna e na ordem externa. Se houver razoável convergência nessa leitura, ou seja na avaliação das reais abertas que se oferecem à democratização e socialização portuguesa, há lugar para confiança

e optimismo. Julgo também que o essencial dessa avaliação reside na ideia que se tenha sobre a evolução desejável e possível do sistema económico português no imediato. É curioso que isto tenha de ser lembrado até a alguns que se reclamam de marxismo. É que o processo de transformação desse sistema pela agudização da luta de classes pertence mais ao séc. XIX que a este século. Parece-me decisivo estar na transformação dessa natureza do poder político e do chamado aparelho do Estado, quando e onde tal transformação for praticável. Mas isto daria para longa conversa.

MES. O que entende por aplicação progressista do Programa do M. F. A.?

Mário Murteira — A aplicação do Programa do M. F. A. que considero mais exemplar refere-se à descolonização. Rápidamente se ultrapassou a letra do programa, para a infidelidade ao seu espírito e na experiência concreta das relações de força, que sempre surgem no exercício da política, se encontrarem as melhores soluções praticáveis na Guiné e Moçambique.

Consolidar o poder do M. F. A. ao nível da estrutura política — segundo espero — tendo-se criado finalmente condições para o exercício dum poder governante estamos na fase crucial em que o M. F. A. procura definir a sua identidade, a sua via própria, para a realização do projecto progressista no plano interno. Ao contrário do que poderia parecer uma fraqueza do M. F. A. — a relativa indeterminação do seu programa por insuficiente concretização em pontos essenciais — é o seu pragmatismo e disposição para aprender na experiência política, em lugar da afirmação de grandes slogans pu preconceitos, que poderão imprimir a direcção inovadora ao processo revolucionário português. Por uma razão ou por outra não creio que os partidos da chamada esquerda possam, por si sós, reter a capacidade de criação colectiva que todos sentimos ser necessária já neste momento (e não tanto durante ou após quaisquer eleições).

MES. — Qual acha que pode vir a ser o futuro do M. F. A. como centro decisivo do poder?

Mário Murteira — O futuro do M. F. A. pertence, claro ao M. F. A. decidi-lo. Julgo que o «regresso aos quartéis» não está para amanhã e que seria desastroso que tal sucedesse enquanto as linhas mestras do processo português não estiveram suficientemente definidas e assegurado o seu cumprimento.

DESPEDIMENTOS NOS CAMPOS ALENTEJANOS

Os despedimentos que se têm verificado nos últimos tempos nos campos alentejanos foram alvo de um comunicado do núcleo de Serpa do M.E.S., muito particularmente no que respeita a situação naquele concelho. Condena-se, nesse comunicado «a cobarde atitude do patronato que desrespeitando as convenções que assinou, deixa no desemprego centenas de famílias, que nada mais têm para sobreviver do que o mísero salário dos seus chefes, que mesmo assim lhes é negado».

Os latifundiários ao dizerem às entidades oficiais que não há desemprego, mentem descaradamente, pois só aqui no concelho de Serpa há 170 homens e 130 mulheres desempregados.

É mais que evidente que o patronato latifundiário quer criar o caos na Agricultura, pois só assim se compreende a sua recusa em cultivar as terras. Se eles pudessem continuar a sugar o sangue dos trabalhadores, pagando-lhes salários de miséria, mas em contrapartida vendendo a mercadoria produzida por estes por preço elevadíssimo, talvez lhes interessasse cultivar. E sabido que os latifundiários este ano compraram muito menos «elementos» do que os anos anteriores, o que prova sem margem para dúvidas as suas intenções. A seguir, o mesmo comunicado denuncia «a atitude de certos patrões, como por exemplo os srs. Francisco das Faiais e Manuel José da Palma Sampaio, que não receberam os trabalhadores distribuídos pelo sindicato, os ameaçaram de resolver as coisas de outra maneira e que as coisas já tinham mudado, que não eram como os trabalhadores pensavam. Não nos iludamos, a classe patronal a bem não cede os seus privilégios!»

Há que acabar com os despedimentos, e se as entidades oficiais não puserem fim às sujas manobras do patronato, terão de ser os trabalhadores a fazer-lhes pagar bem caro toda a repressão de que têm sido vítimas. É o caminho que os trabalhadores têm para resolver os seus problemas e acabarem de uma vez para sempre com a miséria que invade as suas casas, é só um: expropriação das terras não cultivadas e mal cultivadas e formação de cooperativas agrícolas, pois só assim haverá fartura e os trabalhadores não passarão fome.

VIVA A CLASSE TRABALHADORA!

ABAIXA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

TODOS AO TRABALHO PARA QUE O POVO POSSA VIVER BEM!

A TERRA A QUEM A TRABALHA!

AVANTE PELO SOCIALISMO!





o "milagre" económico foi realizado...

O golpe militar de 31 de Março de 1964 representou para a classe operária e o povo brasileiro a perda dos seus direitos mais elementares. Foi abolido o direito de greve, e todas as formas de organização popular tanto política como associativa foram reprimidas ou suprimidas.

A Confederação Geral dos trabalhadores foi dissolvida e todos os sindicatos passaram a estar controlados pela Polícia Política.

Foram implacavelmente reprimidas as formas mais avançadas de organização política e reivindicativa dos trabalhadores como os «comités de fábricas» e as «ligas camponesas».

Por outro lado, para todos os cidadãos o golpe de Estado representou a perda de todos os direitos individuais e de todas as liberdades democráticas que existem num regime de democracia burguesa.

Este golpe não foi como no Chile, a acção desesperada de uma classe cujo poder estava ameaçado.

Foi a adaptação do poder político às novas necessidades de desenvolvimento de um certo modelo capitalista que já se

As alianças do P.C.B.

Nestes dez anos de ditadura, o salário real dos operários brasileiros reduziu-se a 34 por cento. E isto sem contar as outras inúmeras formas de exploração indirecta a que os capitalistas chamaram «racionalização» e «modernização» da produção.

Uma vez no poder, os militares que são os «guardas» do grande capital, não se limitaram a reprimir o movimento popular e a esquerda; em purgas sucessivas foram eliminando politicamente todos os líderes burgueses tradicionais e todas as instituições democrático-liberais.

Quem detém hoje o poder no Brasil são as forças armadas e as elites tecnocratas.

O golpe de 1964 foi uma grande derrota para a classe operária e todo o povo brasileiro. Apesar dum movimento po-

vinha afirmando e consolidando no plano económico.

Os sectores mais importantes da burguesia brasileira associavam-se ao capital estrangeiro afastando toda e qualquer perspectiva de desenvolvimento autónomo. Para a nova fase que se abria era necessário reestruturar o Estado; a nível económico era indispensável a modernização do aparelho do Estado para que este pudesse concretizar eficazmente a construção de infraestruturas (estradas, centrais hidro-eléctricas, etc.) necessárias para os grandes investimentos estrangeiros e para poder impor uma política de controle da «racionalização» da economia, fomentando a associação com o grande capital imperialista, os monopólios e formando os quadros tecnocratas necessários ao «modelo» de desenvolvimento.

A nível político o essencial era garantir a «segurança do modelo». Este modelo pressupunha um ritmo de acumulação do capital e uma garantia de rentabilidade para os capitais estrangeiros que determinou desde o primeiro momento, uma redução brutal do nível de vida da classe operária e do povo em geral.

Em 1968, o movimento estudantil conseguiu trazer a im-

pular relativamente forte (partidos populistas e nacionalistas com força eleitoral, PC forte e com tradições de luta) não houve resistência armada nem sequer organizada ao golpe de Estado.

O Governo derrubado de João Goulart representava os interesses e as confusas aspirações dos chamados sectores «nacionais» da burguesia brasileira, que foram progressivamente ficando isolados e debilitados em proveito de sectores mais dinâmicos da burguesia que se associavam ao grande capital norte-americano, europeu e japonês.

tégia era uma aliança com a «burguesia nacional»; esta concepção levou o P. C. B. a subordinar o movimento operário à defesa dessa aliança com a burguesia cujos sectores-chave já tinham optado por uma associação com o imperialismo. O P. C. B. limitou-se a apoiar os partidos populistas e o Governo burguês. Outro aspecto fundamental da política do P. C. B. foi acreditar que a libertação do povo brasileiro se podia dar por vias pacíficas. Por isso o P. C. B. não se preparou nem para fazer a revolução nem para se defender da contra-revolução.

Apesar disso, houve neste período uma série de movimentos de massa impulsionados por forças de esquerda, por

sectores radicalizados do populismo e por líderes saídos dos próprios movimentos.

Estes movimentos e algumas iniciativas progressistas que o Governo de Goulart levou para a frente (reforma agrária, nacionalizações, etc.) foram vistos pelo imperialismo como uma ameaça e unificaram todos os sectores reacçãoários à volta da perspectiva golpista.

Foi desencadeada uma gigantesca campanha publicitária fomentando o medo e os temores das classes médias e estas chegaram a dar ao golpe uma certa base social, que foi depois desaparecendo à medida que os efeitos económicos e políticos do projecto imperialista começaram a atingir essas classes médias.

Repressão policial passou a ter a mais absoluta liberdade

operárias, duramente reprimidas assim como lutas de camponeses no interior do país.

Como movimento estudantil estava bloqueado pelos seus próprios limites e o movimento operário era fraco, a ditadura promulgou a «Acta Institucional n.º 5», um «golpe» dentro do «golpe» que deu poderes de repressão absolutamente ilimitados ao regime.

para torturar e matar qualquer pessoa que se opunha ao regime. Confrontado à dureza da repressão, o movimento estudantil desmobilizou-se, o conjunto de classes médias que se opunha ao regime foi neutralizado pelo pânico.

Tendiam a reduzir o processo revolucionário à acção isolada dos revolucionários; a revolução dependeria fundamentalmente da vontade de lutar dos militantes. Foram menosprezadas questões fundamentais como o da combinação das tarefas armadas com as de organização e mobilização, a inserção da luta armada guerrilheira dentro de uma estratégia revolucionária global.

A brutal repressão e a fraqueza do movimento de massas foram factores determinantes na fraqueza e no fracasso da luta de guerrilhas.

Desde o início de 1968 a guerrilha actuou em condições francamente desfavoráveis. Era cada vez mais difícil ganhar as simpatias da população, dada a gigantesca campanha de calúnia e mentiras sobre os seus objectivos, desencadeada na Imprensa, Rádio, TV e Cinema, pelo regime brasileiro.

Apesar dum autocrítica e tentativa de recomeçar um trabalho de massas nas cidades e nos campos, a maior parte dos grupos de guerrilha não puderam impedir os golpes da repressão e a eliminação física de muitos dos seus militantes.

A etapa de cerco e aniquilamento da guerrilha a partir de fins de 1969, coincidiu com a expansão económica a que o

imperialismo chama «o milagre brasileiro». «Milagre» fundamentado a partir dum taxa elevada de crescimento do produto interno bruto (11 por cento ao ano), da construção de grandes obras de infraestrutura, foria do consumo que atinge as classes médias com mais poder de compra, e, sobretudo dos ganhos astronómicos obtidos pelas grandes empresas imperialistas e pela burguesia.

O «milagre» não teve nenhum efeito positivo sobre o nível de vida do povo. Pelo contrário, na medida em que a base do «milagre» é a exploração desenfreada dos trabalhadores, a situação destes agravou-se ainda mais.

Em 1970 no auge da euforia burguesa, houve no interior do país explosões muito violentas de revolta espontânea. No nordeste, dezenas de milhares de camponeses desesperados pela sede e pela fome, invadiram e saquearam muitas aldeias. A falta de direcção política impediu que este movimento tivesse consequências mais profundas.

Nesta época o regime passou a concretizar cada vez mais as suas ambições sub-imperialistas e a luta pela hegemonia na América Latina, procurando desempenhar cada vez mais o seu papel de Polícia do imperialismo na América.

Os revolucionários brasileiros, empenhados num duro trabalho de reconstrução das suas forças e da organização do proletariado e do campesinato, não alimentam ilusões sobre um enfraquecimento espontâneo do regime nem sobre a concessão dum qualquer democratização.

A luta revolucionária pelo socialismo será árdua e longa. As vitórias parciais e as concessões democráticas eventualmente conseguidas só o serão pela luta revolucionária e pelas armas.

O regime brasileiro não é só um instrumento de opressão da classe operária e do povo brasileiro. Já se desmascarou claramente como Polícia do impe-

“o problema fundamental é o de admitir a possibilidade de que o proletariado brasileiro possa exercer a hegemonia na revolução...”

BRASIL

operárias, duramente reprimidas assim como lutas de camponeses no interior do país.

Como movimento estudantil estava bloqueado pelos seus próprios limites e o movimento operário era fraco, a ditadura promulgou a «Acta Institucional n.º 5», um «golpe» dentro do «golpe» que deu poderes de repressão absolutamente ilimitados ao regime.

Repressão policial passou a ter a mais absoluta liberdade

operárias, duramente reprimidas assim como lutas de camponeses no interior do país.

Como movimento estudantil estava bloqueado pelos seus próprios limites e o movimento operário era fraco, a ditadura promulgou a «Acta Institucional n.º 5», um «golpe» dentro do «golpe» que deu poderes de repressão absolutamente ilimitados ao regime.

Repressão policial passou a ter a mais absoluta liberdade

operárias, duramente reprimidas assim como lutas de camponeses no interior do país.

para torturar e matar qualquer pessoa que se opunha ao regime. Confrontado à dureza da repressão, o movimento estudantil desmobilizou-se, o conjunto de classes médias que se opunha ao regime foi neutralizado pelo pânico.

Tendiam a reduzir o processo revolucionário à acção isolada dos revolucionários; a revolução dependeria fundamentalmente da vontade de lutar dos militantes. Foram menosprezadas questões fundamentais como o da combinação das tarefas armadas com as de organização e mobilização, a inserção da luta armada guerrilheira dentro de uma estratégia revolucionária global.

A brutal repressão e a fraqueza do movimento de massas foram factores determinantes na fraqueza e no fracasso da luta de guerrilhas.

Desde o início de 1968 a guerrilha actuou em condições francamente desfavoráveis. Era cada vez mais difícil ganhar as simpatias da população, dada a gigantesca campanha de calúnia e mentiras sobre os seus objectivos, desencadeada na Imprensa, Rádio, TV e Cinema, pelo regime brasileiro.

Apesar dum autocrítica e tentativa de recomeçar um trabalho de massas nas cidades e nos campos, a maior parte dos grupos de guerrilha não puderam impedir os golpes da repressão e a eliminação física de muitos dos seus militantes.

A etapa de cerco e aniquilamento da guerrilha a partir de fins de 1969, coincidiu com a expansão económica a que o

imperialismo chama «o milagre brasileiro». «Milagre» fundamentado a partir dum taxa elevada de crescimento do produto interno bruto (11 por cento ao ano), da construção de grandes obras de infraestrutura, foria do consumo que atinge as classes médias com mais poder de compra, e, sobretudo dos ganhos astronómicos obtidos pelas grandes empresas imperialistas e pela burguesia.

O «milagre» não teve nenhum efeito positivo sobre o nível de vida do povo. Pelo contrário, na medida em que a base do «milagre» é a exploração desenfreada dos trabalhadores, a situação destes agravou-se ainda mais.

Em 1970 no auge da euforia burguesa, houve no interior do país explosões muito violentas de revolta espontânea. No nordeste, dezenas de milhares de camponeses desesperados pela sede e pela fome, invadiram e saquearam muitas aldeias. A falta de direcção política impediu que este movimento tivesse consequências mais profundas.

Nesta época o regime passou a concretizar cada vez mais as suas ambições sub-imperialistas e a luta pela hegemonia na América Latina, procurando desempenhar cada vez mais o seu papel de Polícia do imperialismo na América.

Os revolucionários brasileiros, empenhados num duro trabalho de reconstrução das suas forças e da organização do proletariado e do campesinato, não alimentam ilusões sobre um enfraquecimento espontâneo do regime nem sobre a concessão dum qualquer democratização.

A luta revolucionária pelo socialismo será árdua e longa. As vitórias parciais e as concessões democráticas eventualmente conseguidas só o serão pela luta revolucionária e pelas armas.

O regime brasileiro não é só um instrumento de opressão da classe operária e do povo brasileiro. Já se desmascarou claramente como Polícia do impe-



CARLOS MARIGHELLA

Carlos Marighella nasceu a 5 de Dezembro de 1911, em Salvador na Baía, filho de um emigrante italiano e de uma descendente de escravos africanos.

Assinalamos as datas e os factos mais marcantes do homem que fez da frase «o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução» o lema da sua vida:

— 1929: torna-se militante comunista, quando cursava o 1.º ano da Escola Politécnica de Salvador.

— 1934: ingressa na Federação Vermelha de Estudantes.

— 1935 — vai para o Rio de Janeiro como membro da chamada «Comissão Especial do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.)» — é responsável por todo o aparelho de imprensa.

— 1936: Preso, brutalmente espancado, nada revela — um ano depois é amnistiado.

— 1937: passa a dirigir o Comité Estadual do Partido em S. Paulo, fortalecendo os laços entre a organização e as massas e agindo no interior dos sindicatos governamentais.

— 1939: Novamente preso, vem a ser transferido para a ilha de Noronha, onde inicia um importante trabalho político entre cerca de 3000 presos;

— 1945: é libertado em 1945, após a vitória contra o nazismo, na II Guerra Mundial.

— 1946 — é eleito deputado federal pelo P.C.B., no Estado da Baía; destaca-se na luta contra o incremento da penetração imperialista no Brasil e a hipocrisia da legalidade burguesa.

— 1949 — processo de ilegalização do Partido Marighella entra na clandestinidade.

— 1952: é eleito membro da Comissão Executiva do Comité Central; afirma-se cada vez

mais defensor de formas de luta mais directas e eficazes.

— 1963: tendo acompanhado o processo revolucionário cubano, participa na organização do Congresso Continental de Solidariedade com a Revolução Cubana, em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro.

— 1967: culminando as conclusões que o levavam a decidir-se resolutamente pelo caminho da luta armada, abandona a direcção do P.C.B.

A minha disposição — disse — é lutar revolucionariamente junto das massas e jamais ficar à espera do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança. Ainda nesse ano preside à delegação brasileira à Organização Latino-Americana que teve lugar em Havana. Aí claramente definiu a orientação da esquerda revolucionária brasileira: Nenhuma vanguarda pode pretender-se como tal, se não for capaz de combinar todas as formas de luta e de conduzir o povo à tomada do Poder se não estiver preparada para isso, nem tiver preparado o povo por meio da luta armada. Os que pretendem subtrair-se a este dever sob pretexto do falso dilema entre a luta armada e a luta política serão ignorados pelo povo e condenados pela História.

— 1968: desenvolve acções de guerrilha que irão ser consolidadas com a criação da Acção Libertadora Nacional, organização com três frentes — uma frente de massas (voltada fundamentalmente para o trabalho nas fábricas, bairros, escolas, fazendas, etc.), uma frente de sustentação, ou logística e uma frente guerrilheira.

— 1969: a 4 de Novembro, em consequência de uma denúncia, é assassinado. Pouco antes afirmara: A revolução não depende de pessoas, mas é, sim, uma questão do povo e da sua vanguarda. A parte que me coube foi dar o início.

Publicamos alguns extratos representativos de um texto de Carlos Marighella, escrito em 1966, quando era membro do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro. Este texto que na época constituiu uma síntese política da evolução das lutas internas do PCB foi pela primeira vez publicado em letra de forma em recente edição especial da revista «América Press».

Como acentua a própria revista, a importância de que se revestiu este documento na formação da esquerda socialista revolucionária brasileira, a crítica incisiva que faz da política da «Frente» proposta pelo PCB assim como o esboço significativo que traça da estratégia revolucionária no Brasil conferem a este texto toda a sua actualidade, tendo em vista discussões actuais no seio do conjunto da Oposição brasileira.

O «putch» do primeiro de Abril de 1964 processou-se vitoriosamente, sem que as forças antiputchistas, entre as quais os comunistas, pudessem esboçar a menor resistência. A única resistência de massas organizada contra o golpe de Estado foi a greve geral, que todavia não dispunha das condições de prosseguimento em consequência da falta geral de preparação. (...)

Para os comunistas, a resistência revelou-se impossível porque a nossa política, no essencial, desenvolvia-se na dependência da política do Governo, isto é, na dependência da fracção dominante da burguesia, ou mais precisamente, do sector da burguesia que detinha o Poder. (...)

Os apelos repetidos à greve geral política, sem o apoio do campesinato e sem o recurso à insurreição era um erro tático relativamente ao marxismo contemporâneo. O erro revelou-se tanto mais evidente quanto o nosso trabalho no seio do proletariado se desenvolvia com características nítidas de trabalho de cúpula, e se limitava na prática às empresas do Estado. A fraqueza do movimento camponês era uma lacuna fundamental... que se tornou crónica. Sem uma mobilização do campo, o avanço da revolução é impossível. (...)

Derrotar a ditadura

O movimento de massas — através do qual devemos combater por uma mudança qualitativa — já não pode aspirar nas condições actuais, a uma pressão sobre o Governo como se se tivesse por fim modificar a política e a composição da ditadura. O objectivo do movimento de massas é levar a ditadura a uma derrota e substituí-la por um Governo diferente (...). O Partido deve deixar de ser uma espécie de apêndice dos partidos da burguesia a fim de se ser capaz de arrastar o proletariado e as massas populares. (...)

Aliança proletária - camponesa

Ao agir com as forças de base da revolução, o trabalho mais importante é a acção no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a «consciencialização» do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da acção do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra angular da revolução brasileira. Nas condições históricas actuais, renunciar à estratégia revolucionária é comprometer o futuro do Brasil e da América Latina. (...)

Revolução sob a hegemonia proletária

O problema fundamental é o de admitir a possibilidade de que o proletariado brasileiro possa exercer a hegemonia na revolução — desde o primeiro momento — e lutar com firmeza por essa hegemonia. Não se trata apenas de reconhecer que fomos batidos pelo golpe militar de 1964, que somos fracos, que não temos movimentos de massas, que não há luta e que a ditadura nos esmaga. Tudo isto é verdade. Mas devemos encetar o caminho da estratégia revolucionária. Para isso é preciso derrubar a actual ditadura, o que não poderá ser feito, se esperarmos que ela venha a democratizar-se por via eleitoral, por via pacífica, esperando que daí surja um momento em que a luta armada, como alternativa, se tornasse necessária, ou até a forma principal de luta. (...)

Uma tática de luta de massas

É impossível conceber uma tática ambígua, que possa servir simultaneamente uma saída pacífica e uma saída não pacífica. Ninguém acredita que neste momento se possam convidar as massas à insurreição popular. Nada se passaria. Do mesmo modo, ninguém acreditaria na vantagem de fazer face à ditadura desencadeando lutas e suportando a violência, se afirmássemos ter como perspectiva uma saída pacífica. É prometer o céu aos que sofrem sobre a Terra. Uma tática revolucionária nada tem a ver com sectarismo ou esquerdismo. Não é de modo algum uma tática destinada a fazer arranjos eleitorais, alimentando ilusões à burguesia, cedendo ao conformismo e disseminando a passividade. A tática revolucionária é uma tática de lutas de massas. O trabalho no campo é um trabalho tático e o elemento essencial, fundamental da tática do proletariado. A importância deste trabalho decorre do facto de que pela primeira vez, no processo revolucionário brasileiro será possível unir a luta política das cidades à luta política do campo. (...)

Resistência

A forma de luta geral que o povo brasileiro emprega contra a ditadura, é a luta de resistência de massas. A luta de guerrilhas é — no caso brasileiro — uma das formas da luta de resistência de massas. (...)

Uma coisa consiste em utilizar as menores possibilidades legais nos diversos terrenos, entre os quais o eleitoral e o jurídico. Mas não convém confundir duas coisas: a utilização de possibilidades legais, e a possibilidade de vitória final. (...)

às costas dos trabalhadores



ARRENDAMENTO RURAL

um projecto de lei inquietante

Do conjunto de medidas de que foi dado conhecimento, ressaltava a preocupação fundamental de instituir um condicionamento legal que arbitre os interesses de classe presentes nos campos portugueses. Anote-se desde já que a nova lei não se aplicará aos casos de arrendamento de terras com menos de 5 hectares, não contempla por relações sociais que se podem chamar «sobreviventes» de um modo de produção pré-capitalistas (perto de 690 000 ha do total das áreas cultivadas em Portugal).

O que de facto se anuncia é que se irão pôr em prática três mecanismos importantes:

- a) a extensão da duração possível do contrato de arrendamento, de 6 para 18 anos;
- b) o arrendamento compulsivo por parte do Estado das terras abandonadas ou incultas que os proprietários se recusam a cultivar, e que poderão ser directamente explorados pelo Estado ou subarrendados a rendeiros ou cooperativas de produtores; e
- c) limitação das rendas obrigatoriamente pagas em dinheiro.

UMA LEI PARA INCENTIVAR O INVESTIMENTO?

Diz o Governo que pretende, ao possibilitar o arrendamento durante 18 anos, incentivar os rendeiros a investirem, modernizarem as técnicas de exploração mobilizando capitais para os campos. Evidentemente que a medida em si é insuficiente. Se os rendeiros não têm investido mais até agora, as razões têm muito mais a ver com a falta de interesse e com a falta de duração dos contratos. Recorde-se que, segundo os dados de 1968 do I. N. E., o recurso ao crédito apareceu a seguinte estrutura:

Recurso a particulares (usura): 135 960 explorações com menos de 20 hectares; e fornecedores: 5832 explorações com mais de 20 ha.

Organismos da Lavoura Cooperativas de Crédito Agrícola Mutuo banco e instituições de crédito público: 32 386 explorações com menos de 20 hectares; 8415 explorações com mais de 20 ha.

O peso numérico das explorações agrícolas que recorriam ao crédito de particulares e fornecedores é apesar de tudo revelador das dificuldades na obtenção de créditos bancários ou de outras instituições e de qual a porta a que batiam os empresários em dificuldades!

Mas para responder à questão «quem beneficiará com a lei?», vale a pena tentar perceber melhor qual será o sentido provável das medidas propostas.

Parece claro que esta lei, como já referimos, se inscreve naquela feição arbitral que caracteriza muitas das alterações que se têm processado nas instituições do nosso país. No fundo, trata-se de uma tentativa de desobstruir caminho (a quem?), de liquidar progressivamente os projecionismos legais que o fascismo arguiu pelas necessidades de manter as alianças de classe que lhe estavam na base.

O MITO DA "CRISE DA LAVOURA" OU A RUÍNA DO VELHO LATIFÚNDIO?

No caso dos campos, os grandes proprietários, muitas das vezes absenteeistas (no Alentejo e Ribatejo, mas também em muitas zonas do Norte do País) sem dúvida salubres na sociedade portuguesa, face aos grupos financeiros, pelo menos a partir de 60, conseguiram sempre impor uma certa salvaguarda dos seus privilégios, durante o fascismo. O melhor exemplo disso foi a suspensão do imposto agrícola. Mas tal facto não anulou as tendências históricas do desenvolvimento capitalista. Os latifundiários, como força económica, perderam o pé nas duas últimas décadas. Ou se fundiram com a alta finança parasitária, ou permaneceram ligados à terra. E é esta camada que se tem mantido de certo modo hostil aos interesses que se afirmaram dominantes — os da finança.

Contudo, o processo que atravessaram foi-lhes fatal. Processou-se, no fundo, a liquidação de grande parte das suas explorações, que progressivamente foram abandonando, restringindo-se às culturas mais lucrativas, reduzindo a mão-de-obra empregue, mecanizando as tarefas que era possível, arrendando muitas parcelas das suas propriedades.

Isto levou a que pudessem confundir-se dois fenómenos diversos: a ruína do campesinato pobre, com grande nitidez no Norte do País, e a decadência da velha aristocracia fundiária, cujas primeiras vítimas eram os assalariados — que muitos têm tratado com o mito da «crise da lavoura» quando afinal se tratava de consolidação das relações de produção capitalistas no campo.

E sobre a «ruína» do velho latifúndio, ou pelo empapelamento das pequenas propriedades hipotecadas, ergue-se uma camada de empresários agrícolas (proprietários ou não) pouco numerosa, que vem assumindo características muito distintas das classes decadentes da sociedade rural. Foram estes empresários que mobilizaram capitais, racionalizaram a produção, introduziram novas culturas, apoiando-se nos projectos «tecnocratas» de desenvolvimento agrícola (regadios, etc.), ligando-se por vezes à industrialização da produção agrícola (tomate, frutas, etc.). São estes empresários que encarnam nos campos as ideias de reconversão de economia nacional que o capital financeiro inspira, que reservam à agricultura o papel de um sector da produção de explorações médias com poucos patrões, poucos assalariados, muitas máquinas e bons lucros. O apoio destes empresários tem sido a banca.

UM GOVERNO "ÁRBITRO" NA POLÍTICA AGRÁRIA EM FAVOR DE QUEM?

O desbloqueamento político que o 25 de Abril iniciou permitiu que estes empresários agrícolas tipicamente capitalistas tomassem a iniciativa. O que eles fizeram logo após um primeiro momento de movimentação popular (que se avaliou por si, excepto aqui e além).

São eles, de facto, quem comanda em muitas zonas o patronato agrícola, tentando agregar a si a pequena burguesia rural, proprietária ou não, em processo de ruína progressiva. São eles, de facto, os únicos interlocutores no momento, desta proposta de lei. São eles os únicos em condições de dela poderem beneficiar no imediato.

Aqui ganha o seu verdadeiro sentido o carácter arbitral do rumo proposto para a política agrícola do Governo. O Estado



Mais lições para conduzir no campo?

pretende instituir um quadro legal onde se possa desenvolver a «luta iniciativa» das várias classes sociais: proprietários da terra, obrigados a explorá-la «convenientemente», rendeiros e empresários capitalistas que se vêem livres das restrições do fascismo, classes trabalhadoras (incluindo o campesinato pobre) a que se acena com a via cooperativa.

Na realidade dá-se um livre curso à subalternização dos grandes proprietários, à ruína do campesinato pobre, processos há

muito em marcha (mas que o fascismo, de certa maneira, disciplinava), e encaminha-se para investir politicamente nos «rendeiros capitalistas».

E OS EXPLORADOS E OPRIMIDOS NOS CAMPOS?

Mas se parece aceitável que a nova legislação permita para já «animar» o espírito «empreendedor» (leia-se: explorador) dos capitalistas nos campos, será que nas novas condições de futuro diploma não se encontram possibilidades de melhor alargar a luta contra a exploração do capital nos campos?

A resposta será afirmativa se for possível aproveitar a possibilidade de criação de cooperativas de produção agrícola e mesmo a exploração directa pelo Estado de terras eventualmente arrendadas compulsivamente.

Mas nenhuma garantia existe, do ponto de vista governamental de que tal suceda. Os órgãos que poderão vir a ter algum papel na fiscalização do grau de aproveitamento das terras, além das associações que se têm vindo a formar entre os camponeses e mesmo os Sindicatos Agrícolas, são sem dúvida as autarquias locais. Mas os moldes de funcionamento que estas mantêm, as disponibilidades materiais e o pessoal administrativo que são, no geral, os do fascismo, levantam muitas vezes dúvidas sobre o cumprimento desse papel. As extensões de terra na posse da Junta de Colonização Interna (futuro Instituto de Reorganização Agrária) — de que se pode dar o exemplo de cerca de 30 000 hectares no Alto Alentejo — podem ser desde já o lugar de importantes experiências onde os produtores rurais, assalariados ou não, se tome possível desenvolver a produção em novos moldes, livres do exclusivismo com que o patronato detém a capacidade de iniciar produção, e dos vínculos e individualismo que a estrutura social dos campos tem imposto.

PÔR EM CAUSA A ESTRATÉGIA DO CAPITAL NOS CAMPOS

Mas isso levará a uma intervenção inevitável nos circuitos de distribuição que tornem impossível ao intermediário continuar a auferir os elevados lucros que tem vindo a arrecadar e lhes retire o domínio total deste sector fundamental.

É verdade que tem vindo as massas exploradas e oprimidas nos campos a ensaiar as suas primeiras tentativas de organização em defesa dos seus interesses — associações de camponeses, sindicatos ou assalariados, etc...

Mas o carácter que tem assumido estes primeiros passos organizativos dificilmente se quadra no desenvolvimento urgente da iniciativa popular de massas que corte caminho às manobras patronais e rompa com a compartimentação que tem sido feita em relação aos vários aspectos que assume a questão agrária. Quer a organização sindical dos operários agrícolas, quer as associações do campesinato pobre têm de pôr claramente em causa a estratégia do capital para os campos.

E isso faz-se, em cada caso concreto, opondo aos imperativos do lucro o critério das necessidades do povo trabalhador. Os Sindicatos Agrícolas não poderão nesse caso aceitar mais as condições miseráveis de remuneração e de trabalho «porque os pequenos e médios patrões não aguentam». Têm de ser porta-vozes dos verdadeiros interesses do operariado agrícola, isto é, caminhar na luta pela abolição do salariado. E nessa luta podem agregar muitos camponeses pobres que podem ser ganhos para os métodos colectivos de exploração da terra, para as formas democráticas de gestão da produção, para o critério das necessidades do povo trabalhador como razão última da produção.

As associações de camponeses, as ligas de pequenos agricultores e outras formas organizativas que dispantam na sociedade rural onde não domina o salariado, terão de ser elementos de dinamização cooperativa dos produtores, autênticos defensores dos que nelas se integram contra os mecanismos de submissão do campesinato pobre (regimes de crédito e preços, acessos à maquinaria, comercialização da produção agrícola). Isso implica que não sirvam de instrumento de promoção da pequena e média burguesia rural, mas se afirmem defensores dos interesses comunitários das camadas sociais dos campos que historicamente podem e devem aliar-se à luta pela sociedade comunista.

E nas novas relações de força em Portugal, a partir do 28 de Setembro, deverão ser «porta-vozes» da reivindicação que opõe, à tímida ameaça de arrendamento compulsivo das terras abandonadas, a nacionalização imediata dessas terras e a destruição progressiva da grande propriedade, entregues à gestão democrática dos produtores da terra.

SINDICATOS AGRÍCOLAS
caminhar na luta pela abolição do salariado!
ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES
nacionalização imediata das terras abandonadas!
destruição progressiva da grande propriedade!

MANIFESTAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM BEJA

Teve lugar dia 25 em Beja uma manifestação de trabalhadores rurais, convocada pelo respectivo sindicato, para fazer ouvir a sua voz junto da população e dos órgãos locais do governo, em relação às reivindicações não satisfeitas, sobretudo no que se refere ao desemprego massivo que se verifica em todo o distrito, abrangendo alguns milhares de trabalhadores.

Desde as primeiras horas da manhã que a cidade começou a registar movimento de trabalhadores, oriundos das mais diversas partes do distrito, que convergir para o Estádio Municipal, onde, durante todo o dia, decorreu uma reunião em que usaram da palavra elementos da direcção do sindicato e rurais, que expuseram a actual situação, desde o impasse em que se encontram as nego-

ciações da Convenção de Trabalho, até ao número monstruoso de desempregados na região, dos quais alguns defrontam já as consequências de quatro meses de desemprego.

Foi posta também em evidência a actuação dos patrões, que não só não cultivam as terras como querem dar aos trabalhadores salários inferiores aos que estes já conquistaram na Convenção de Trabalho anterior, depois da qual, como toda a gente sabe, os preços dos bens de primeira necessidade subiram.

A manifestação só pôde ter o seu início às 19.30 h, obedecendo às disposições legais, mau grado todas as tentativas feitas junto do governo central para que a manifestação se realizasse mais cedo. Apesar da hora tardia dos milhares de trabalhadores que vieram a Beja (a maioria desempregados), um grande número ficou para a manifestação que, percorrendo as ruas principais da cidade, empunhando cartazes e gritando palavras de ordem, tais como «Queremos trabalho», «A terra para quem a trabalha» e «Queremos cultivar as terras», parou junto dos edifícios do I.N.T.P., do Governo Civil e da Câmara Municipal, tendo aí o delegado local do I.N.T.P., o

Chefe do Distrito e o Presidente do Município, proferido palavras de apoio às reivindicações dos trabalhadores e de promessa de transmissão dos propósitos da manifestação aos órgãos do poder central.

Do tom das intervenções dos trabalhadores que falaram, depreendia-se a confiança, mas também sinais de uma força imparável, no caso de ser necessário ir mais adiante. **«Os agrários já deviam saber que a exploração dos trabalhadores alentejanos acabou»** — afirmaram.

Pelo socialismo!

Avante, camaradas!

faça FÉRIAS PORTUGUESAS



Primeiro foi Mitterand. Seguiu-se Altamirano, Willy Brandt, Olf Palme e outros nórdicos.

Agora o dr. Mário Soares anunciou em Vila Nova da Barquinha: Edward Kennedy.

Com tantos convidados o PS pode realizar mais comícios de massa e o turismo nacional desenvolve-se. Abençoado Partido Socialista que tantos visitantes nos traz.

SANEAMENTO:

CONGRESSO DE DELEGADOS DE MINISTÉRIO PÚBLICO

A realização do Congresso de Delegados do Ministério Público deve merecer a nossa atenção por várias razões:

Primeiro porque o aparelho de Estado dos tribunais é um dos aparelhos repressivos que mais distanciados e inacessíveis aparecem às classes trabalhadoras.

Nesse sentido aqueles que, do interior do aparelho, se procuram pôr ao lado da luta das classes exploradas, contribuindo para a desmistificação de uma magistratura, de uns tribunais ao serviço das classes dominantes, devem ser apoiados.

Segundo porque as proposi-

ções que no Congresso foram aprovadas têm especial interesse para todos os antifascistas consequentes. O saneamento da magistratura é urgente.

A criação de uma norma especial de valor constitucional que permita ao juiz derrogar Leis fascistas reveste-se de grande importância, devendo porém tal criação estar dependente de ser levado a cabo um efectivo e rigoroso saneamento.

No próximo número trataremos mais detalhadamente deste Congresso e de problemas relativos ao Direito e aos aparelhos judiciários do Estado.

uma escola ao serviço de quem?

A ESCOLA, INSTITUIÇÃO

SEPARADA DO PROCESSO PRODUTIVO

O trabalhador não emprega no acto de produção apenas a sua força física. Ele aplica conhecimentos que demoram certo tempo a adquirir.

A reprodução da força de trabalho tem pois, de incluir a transmissão dos conhecimentos e técnicas que a qualificam. Nos períodos históricos em que o processo técnico da produção era rudimentar,

essa transmissão era feita no próprio processo de produção: o artesão ensinava ao aprendiz os «segredos do seu ofício». Mas conforme foi crescendo a complexidade das operações produtivas, dos equipamentos empregues, etc., tornou-se impossível, pela divisão do trabalho imposta, que essa transmissão de saber se fizesse no local de produção.

O QUE É HOJE A ESCOLA ?

Assim nasceu a escola como ela hoje é entendida: como instituição colocada fora do processo produtivo, especializada na missão de preparar os jovens para desempenharem, no futuro um lugar na produção social. Produto, pois, da sociedade burguesa, ela acompanhou sempre o seu desenvolvimento com essa função específica: assegurar a reprodução da força de trabalho tal como foi sendo exigido, em cada momento, pelo

patronato, de forma a desenvolver o processo de exploração capitalista.

É esta a razão porque se vêem os aparelhos escolares separarem-se, ampliarem-se, adquirirem uma espécie de autonomia e tornarem-se uma formidável máquina, à medida que o modo de produção capitalista se torna dominante e que crescem as exigências do desenvolvimento das forças produtivas.

O cientista e o operário produtivo estão completamente separados; e a ciência em vez de aumentar, nas mãos do operário, as suas forças produtivas e de fazer tirar proveito disso, está em quase todo o lado dirigida contra ele.

O saber torna-se o instrumento que pode separar-se do trabalho e até opor-se-lhe.

KARL MARX

OS APARELHOS ESCOLARES: SUA IDEOLOGIA E FUNÇÃO

Todo este processo de crescimento dos aparelhos escolares é sistematicamente mascarado pela ideologia que lhe é própria.

Por um lado ele é apresentado sob o mito de humanitarismo e progressismo, sob uma espécie de «conquista popular». Ora isso é ilusório e falso. O que determina verdadeiramente esta expansão não é a boa vontade da classe dominante mas sim as exigências intrínsecas da produção: é preciso que um certo «saber fazer» seja difundido de um modo massivo e não seja reserva de uma pequena minoria; se o continuasse a ser, o alargamento da base cada vez mais vasta, da reprodução alargada do capital, tornaria-se impossível.

Por outro, toda a ideologia da escola é tendente a apresentá-la, como um longo caminho a percorrer desde a «infantil» à universidade, em que apesar da diversidade dos seus órgãos, todas as peças estariam ligadas para um único fim — A FORMATURA. O SABER, A CULTURA. Esta interpretação, também era falsa e mistificadora. Cada aparelho escolar tem um fim próprio inseparável das necessidades do capital aos seus diversos níveis. Assim, em Portugal, neste momento, podemos falar da existência de 4 grandes aparelhos:

O ENSINO PRIMÁRIO

o aparelho primário (recentemente alargado ao ciclo preparatório) — destina-se a preparar a força de trabalho operária, pouco ou medianamente qualificada;

O ENSINO TÉCNICO

o aparelho técnico: destina-se à formação dos operários qualificados (especializados) e de funcionários susceptíveis de virem a preencher certas funções de enquadramento médio;

O LICEU

o aparelho secundário: tem como função formar a pequena burguesia dos serviços assim como aqueles que irão desempenhar as funções de enquadramento médio;

A UNIVERSIDADE

o aparelho superior: é destinado a formar e a reproduzir os quadros superiores da economia e do estado capitalista.

Face a esta análise, uma questão que se pode colocar é se a existência de aparelhos escolares serve os interesses gerais da burguesia que tem absoluta necessidade que a qualificação da força de trabalho lhe permita a perpetuação do ciclo de emprego, ela desenvolve igualmente uma contradição: a escolarização de massa, cada vez mais ampla, torna cada vez mais difícil a manutenção da hegemonia ideológica e política da classe dominante. A partir do momento em que se é obrigado a satisfazer as necessidades imperativas das grandes massas, nomeada-

mente a escolarização de classes que lhe são antagónicas (operárias, camponesas, ...) como continuar a manter, apesar de tudo, a hegemonia da ideologia burguesa? Como fazer com que o poder não seja ameaçado pelo desenvolvimento fulminante da ideologia revolucionária, do sentimento de revolta que uma certa tomada de consciência da realidade ameaça desencadear?

UMA SEGUNDA

FUNÇÃO!

Isto explica-se porque a escola tem uma segunda função, inseparável da primeira: ela é também, ao mesmo tempo, o aparelho pelo qual se mantém a dominação ideológica da burguesia.

De facto, a escola pelos seus vários escalões, elabora e divulga ideias e princípios «morais», de consciência «cívica» e profissional que não passam de regras de respeito em relação à divisão social e técnica capitalista, em relação à dominação de classe dos patrões. Assim:

a) no aparelho primário — a cabeça dos jovens é recheada (com mais autoritarismo, com mais participação) de servilismo para com o «mestre», o «superior», e obediência aos que «sabem mais», qualidades tão «úteis» para vir a ser um operário resignado a uma máquina de exploração que o consome e o faz consumir;

b) nos aparelhos técnicos e secundários — ensina-se a acreditar na possibilidade do desenvolvimento técnico beneficiar toda a sociedade, escondendo o constante aumento dos lucros dos patrões que modernizam as suas fábricas, despedindo operários e aumentando a exploração dos que ficam a trabalhar;

c) no aparelho superior — cria-se e espalha-se a crença que é natural e inevitável o que serve para manter a organização capitalista da sociedade e justifique «democraticamente» o lucro.

Da análise feita dos 4 aparelhos percebe-se facilmente que a importância de cada um não é a mesma. Ela não tem a mesma natureza para a classe dirigente, e consequentemente, para quem se lhe opõe: — do ponto de vista do processo de exploração capitalista, os aparelhos mais importantes são o primário e o superior; «primário» porque produz a grande massa dos explorados; «superior» porque produz os quadros de direcção. Do ponto de vista da luta política, e com as transformações do processo político em Portugal, parece ser claro que os aparelhos principais tenderão a ser o 2.º e o 3.º (técnico e secundário); o técnico porque é nele que assenta em grande parte a existência de divisões difíceis de superar no interior da própria classe operária; o secundário porque é nele que se cimenta a aliança com largas massas pequeno-burguesas, necessárias ao exercício do poder político da burguesia.

EM CONCLUSÃO

E NUMA PRIMEIRA

ANÁLISE

A escola é uma instituição fundamental da sociedade capitalista.

— Através dela se perpetua a hierarquização e divisão do trabalho capitalistas.

— Por ela se difunde na consciência dos homens as convicções da classe dominante.

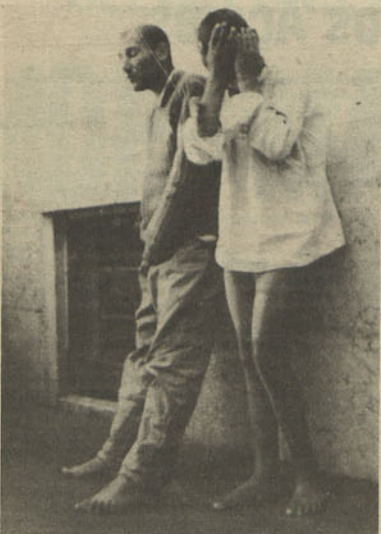
— A técnica que nela se aprende, é a técnica da exploração do homem pelo homem.

— A cultura que elabora é um conjunto de ideias que esconde as relações fundamentais em que assenta a sociedade capitalista.

— O acesso mais ou menos alargado a ela, resulta sobretudo das maiores ou menores necessidades de qualificar a força de trabalho e não de um propósito qualquer de «democratizar a cultura».



uma sociedade para todos? um lugar para si?



Até ao 25 de Abril o manicómio era uma realidade ignorada por todos aqueles que uma minoria detentora do poder político pretendia a todo o custo manter ignorante.

É isto porque é no manicómio, na instituição psiquiátrica asilar, que mais claramente se visualiza o carácter opressivo e violento de uma medicina de classe que, no fascismo, se caracterizava apenas pelo «remendar» permanente daqueles que, provindos das classes trabalhadoras e que, depois de seleccionadas, fossem possíveis de nova integração no aparelho produtivo, de serem pois novamente submetidos aos mecanismos de exploração.

É assim que a denúncia da instituição psiquiátrica e das condições animalescas de sobrevivência de milhares de indivíduos, sujeitos à violência quotidiana numa vida prisional e de carência dos mais elementares direitos humanos, deve ser entendida no panorama mais geral da situação hospitalar em Portugal, reflexo do actual estágio do desenvolvimento capitalista, da opressão da classe privilegiada sobre a maioria da população.

MECANISMOS DE REJEIÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em relação à chamada «doença mental» este panorama mais geral é como já afirmamos levada às suas últimas consequências.

Porque aquilo a que nos habituamos chamar «doença mental» não passa grande parte das vezes de uma recusa e impossibilidade real por parte do «doente» de se adaptar à violência de um quotidiano em sociedade capitalista, na qual muitas vezes não encontra uma razão e um objectivo para aquilo que é obrigado a

mentos que essa mesma sociedade não hesita em classificar de «estranhos» e «perigosos» devido ao facto de, duma maneira inconsciente grande parte das vezes, serem em causa as boas regras do comportamento mental e social do pacífico cidadão, integrado, disciplinado e bom cumpridor;

Porque esses procedimentos não são tolerados por aqueles que, para se reproduzirem e crescerem, necessitam manter, evoluindo, a ordem social tradicional.

Porque esses «doentes», voltamos a dizê-lo, estão quase sempre indefesos e confusos por não perceberem as razões sociais que os levam a ter procedimentos de revolta, que outros caracterizam como «procedimentos anormais»;

Porque a recuperação desses «doentes», para nova integração na sociedade, por parte dos defensores da ordem, é muitas vezes morosa, dispendiosa e improficua, porque para isso é necessário eliminar os focos de tensão que os médicos psiquiátricos transportam do dia-a-dia da sociedade capitalista para o cérebro do «doente», inventando mil e uma lesões orgânicas que possam estar na base de intervenções cirúrgicas, medicamentosas ou outras, que anulem a personalidade revoltada desses «doentes»;

Por todas estas razões os campos de concentração, os matadouros a longo e médio-prazo, que são as instituições psiquiátricas manicómias, são uma existência real na nossa sociedade. Por todas estas razões, aqueles que aí são despejados, perdendo qualquer contacto com o exterior vão adquirindo através dos meses e dos anos a qualidade de animais irracionais passan-

do pois a serem progressivamente tratados como tal.

SITUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PSQUIÁTRICA

Depois do 25 de Abril, tudo isto já não pode manter-se escondido e inacessível. Tudo isto tem que ser mostrado, debatido e analisado. É preciso ganharmos coragem para furar os muros do silêncio.

O estatuto da loucura tem que deixar de afligir o bom cidadão que se recusa a pô-lo em causa, com receio queventura o tomem também como louco.

É neste sentido de amplo esclarecimento e intervenção so-

bre o problema psiquiátrico no quadro mais geral da situação da saúde na sociedade capitalista e em Portugal que o G.O.D.I.P. (Grupo Organizador de Debates na Instituição Psiquiátrica) tem desenvolvido nas últimas semanas largo e importante esforço de informação das pessoas.

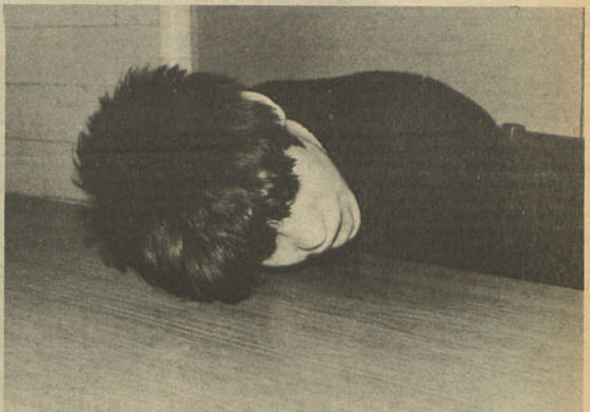
Neste momento é pois importante estarmos atentos às iniciativas deste grupo autónomo, para que, apoiando-se e reforçando-se nos possamos conscientizar o problema e fazê-lo sair para o superior.

A vinda de expoentes importantes da luta anti-instituição psiquiátrica a Portugal, tais como Franco e Franca Basaglia, Gian Franco Minguzzi, Ramon Garcia Lopez, Tomkiewicz e

David Cooper, permitiu o acesso ao debate sobre a intervenção que até aqui alguns, embora esforçando-se, não tinham conseguido trazer a público.

Importante como meio de denúncia é também a intervenção que alguns estudantes do 1.º ano de Medicina do Campo Santana tiveram no Hospital Júlio de Matos, recolhendo dados e filmando crualemente e sem peias a verdade da «vida» de centenas de seres humanos nessa instituição.

Este filme tem que sair do conhecimento das minorias interessadas para ser levado ao conhecimento dos trabalhadores, da população em geral para que todos aqueles que podem efectivamente contribuir para transformar a situação, se disponham a organizar-se e a avançar em intervenções práticas.



PORQUÊ UM GRUPO DE TRABALHO SOBRE SAÚDE NO MES ?

Para a totalidade dos trabalhadores, o problema das estruturas médico-sanitárias em Portugal e o problema da saúde em geral são questões de importância fundamental no seu quotidiano porque são eles que mais directamente sofrem na carne o deplorável estado da sua existência.

Neste momento torna-se premente a reflexão política do que significa a miséria hospitalar em Portugal, e em que consistem as inovações e reformas que lhe vão ser introduzidas.

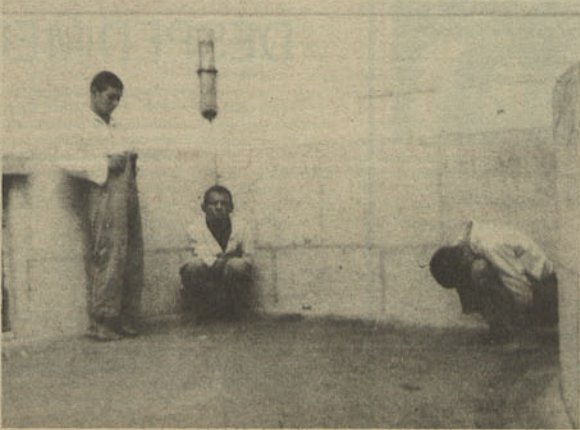
Reflexão e discussão política que os trabalhadores devem exigir pública e de âmbito nacional e para a qual os trabalhadores da saúde devem ocupar importante posição, exigindo que nos seus sindicatos se faça um largo esforço de mobilização e propaganda que incentive tomadas de posição a todos os níveis e um amplo esclarecimento da população trabalhadora.

O recém formado grupo de trabalho sobre saúde do M. E. S. propõe-se incentivar todas as iniciativas autónomas dos trabalhadores e de todos aqueles que se debrucem sobre as questões da organização capitalista da saúde em Portugal, fazendo paralelamente um esforço teórico-prático de análise e intervenção na actual situação e de crítica permanente sobre as reformas que se lhe pretendem introduzir.

Pretendemos pois, abrir a partir de agora o debate, começando por introduzir o problema da situação psiquiátrica asilar no nosso país.

MANICÓMIOS MATADOUROS A LONGO E MÉDIO PRAZO

Porque os mecanismos de rejeição da sociedade por parte dos «doentes» se traduzem no aparecimento de procedi-





Angra, R. Abade de Loureira
 Porto, R. 31 de Janeiro, 150-2.º
 Guarda, R. Marquês de Pombal, 65
Lisboa, Av. D. Carlos I, 146-1.º,
 D.10, Telef. 677127 e
 677128 e Rua Garrett, 80,
 4.º-B, Telef. 323621
Portalegre, R. da Oliveira, 61,
Beja, Praça da República, 34
Faro, R. Castilho, 9

Cerca de 200 trabalhadores rurais participaram em Mértola numa sessão de esclarecimento do M.E.S., na qual foram abordados os principais problemas que atingem o Baixo Alentejo.

Em Aljustrel, participamos numa mesa-redonda com o M. D. P., P. S. P. e P. R. P., à qual assistiram várias centenas de trabalhadores do concelho.

Em Serpa, efectuamos na quinta-feira, 25, um colóquio sobre sindicalismo; cerca de 100 trabalhadores rurais presentes, pela primeira vez tomaram conhecimento da problemática sindical.

Tem o nosso núcleo de Serpa recebido manifestações de apoio de grande parte dos trabalhadores rurais alentejanos, que procuram esclarecimentos sobre problemas de salários, caixas de previdência, despedimentos, etc.



Na passada quinta-feira, no Liceu Rainha Santa Isabel do Porto, cerca de 150 estudantes seguiram com a maior atenção e participaram numa discussão que envolveu a linha política do Movimento sobre questões de ensino.

A convite do M. D. P. local, estivemos na passada sexta-feira em Benavente numa sessão de esclarecimento a que estiveram presentes 800 trabalhadores da região; foram abordados os principais problemas com que se debate a classe trabalhadora no Ribatejo.

No sábado, 26, por iniciativa do jornal «Esboço», efectuou-se em Vila Nova de Gaia uma mesa-redonda sobre sindicalismo, a qual foi seguida por cerca de 80 pessoas e na qual participaram também elementos da L. C. I. e do P. S. P.

Nesse mesmo dia, na Covilhã realizou-se uma sessão de esclarecimento do M. E. S. por iniciativa do nosso núcleo local, que teve a presença de cerca de 150 pessoas; foram analisados os problemas que hoje se põem à classe operária na sua marcha para o socialismo.

Ontem, terça-feira estivemos presentes em Cuba, no Baixo Alentejo, e em Braga numa sessão de esclarecimento para estudantes do ensino secundário.

Os nossos camaradas do núcleo de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira - Açores) realizaram recentemente uma sessão de esclarecimento em Biscoitos; 80 camponeses pobres e semipobres participaram no debate; na sociedade recreativa onde se realizou a sessão esteve presente durante vários dias uma exposição anticolonial, que foi muito visitada. Com a presença de cerca de 35 trabalhadores rurais realizou-se a 19 do corrente uma sessão de esclarecimento na freguesia de S. Pedro, a qual contou também com a participação de trabalhadores das Lajes; durante cerca de duas horas decorreu um importante debate sobre problemas locais. Estas sessões de esclarecimento fazem parte de um programa de esclarecimento político, por pequenas assembleias, levado a efeito pelos nossos núcleos de Ilha Terceira - Açores.

No passado domingo, dia 27, pelas 15 horas, o M. E. S. participou em Arouca num comício levado a efeito pelo Movimento Democrático local. Sob a presidência do prof. Rui Luis Gomes e com a presença de 500 pessoas, o nosso Movimento pôde expressar as suas perspectivas sobre a actual situação política.

PRÓXIMAS SESSÕES

Na próxima sexta-feira realizou-se às sessões de esclarecimento na Freguesia do Campo, concelho de Caldas da Rainha, e em Braga, na nossa sede, ambas pelas 21.30 horas.

Sábado, pelas 21.30 horas haverá uma sessão de esclarecimento em Anjeja.

Iniciada em Maio, com a elaboração do caderno reivindicativo, a luta dos operários da Gil de Sousa conhece, neste momento, um ponto alto, com a decisão dos trabalhadores em assumirem o total controle da fábrica.

Com efeito, ao longo destes meses, os encontros colididos durante a luta e que permitiram classificá-la e «exemplarizá-la» para a confirmação e a «emancipação dos trabalhadores em ser mesmo obra de próprios trabalhadores».

Os operários souberam unir-se, na prática, definindo em conjunto o processo de luta e dando a resposta justa, no momento próprio, aos problemas que se lhe foram deparando:

— conduzindo, eles próprios no interior do Sindicato, a discussão sobre as reivindicações a fazer e preparando-se para as negociações, não ficando à espera que a direcção sindical as substituisse na condução da luta;

— respondendo, no local de trabalho, às ameaças de agressão física e insultos, com a paralização do trabalho e ocupação da oficina;

— respondendo ao lock-out com a permanência no exterior da fábrica e exigindo a reabertura imediata, o que conseguiram em poucas horas;

— informando os outros trabalhadores, aquando da paralização e do lock-out, através de comunicados na rádio e nos jornais em que divulgaram a sua luta;

— impedindo, na oficina, a

Trabalhadores vencem nos Açores

melhoria das condições de trabalho;

— exigindo a imediata reintegração dos dois camaradas despedidos.

Apercebendo-se que o patrão se preparava para, lentamente, privar todos os operários de ganharem o pão e opondo-se à venda das máquinas, os operários da Gil de Sousa ao mostrarem-se decididos a controlar totalmente a oficina estão a dar a única resposta justa porque:

— não podem ser os trabalhadores a suportar os desvarios dum capitalista (extremamente perturbado com o 25 de Abril) que não quer ver reduzidos os seus lucros e a sua impunidade de sobreexplorar;

— são os trabalhadores que produzem toda a riqueza nacional e os operários da Gil de Sousa compreenderam que a sua luta dizia respeito a toda a classe operária;

— porque o patronato, ao querer privar o arquipélago da importante base de apoio técnico que é aquela oficina, estava a sabotar a economia dos Açores e do País e os ope-

rários souberam denunciá-lo oportunamente, mostrando, à evidência, que a reacção e fascismo são sinónimos de capitalismo.

O Movimento de Esquerda Socialista, apoiando a luta autónoma dos operários da «Gil de Sousa» solidariza-se com aqueles camaradas e chama à atenção das massas populares para a propaganda e manobras da burguesia que irá tentar, por todos os meios, desvirtuar a justa acção dos operários em luta e caluniar os militantes anti-capitalistas.

Entende o M. E. S. também semelhança que a não oposição às manobras capitalistas (venham de onde vierem, sejam de grandes, médias ou pequenas empresas) e o sufocamento das lutas dos trabalhadores são estímulos ao domínio económico que a burguesia mantém e constitui o melhor alvo para o estabelecimento dum falsa democracia ou para novos «28 de Setembro».

O M. E. S. salienta ainda que:

— só a aplicação do Programa do M. F. A., até às últimas consequências, permitirá esmagar definitivamente a reacção;

— que, se a resposta dos trabalhadores no momento é a mais certa porque corresponde à necessidade de auto-defesa, é impossível manter por muito tempo em regime capitalista, a autogestão de qualquer fábrica.

Viva a luta dos operários da Gil de Sousa!

Os trabalhadores vencerão!

Avante pelo Socialismo!

M. E. S., Angra — Ilha Terceira-Açores, 25 de Outubro, 1974)

DESPEDIMENTOS

Temos repetidamente referido as manobras do patronato, que procura, através dos despedimentos recuperar os aumentos salariais e dividir os trabalhadores paralizzando as suas lutas com a ameaça de desemprego.

Os trabalhadores da Facel distribuíram um comunicado onde referem a situação na empresa — 200 operários «dispensados» perante a passividade da comissão de trabalhadores.

Num dos próximos números, **Esquerda Socialista** consagrará uma série de artigos e uma mesa-redonda a este assunto.

Esquerda Socialista

Assinatura _____

6 meses 65\$00 12 meses 125\$00 apoio 25\$00

Estrangeiro (Europa) 250\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin/redacção provisória; Rua Garrett 80-4 Lisboa Tel. 323621

1.º ENCONTRO NACIONAL DE MILITANTES ESTUDANTES DO M.E.S.

Realizou-se no fim-de-semana de 26/27 o 1.º Encontro Nacional de Militantes Estudantes do M. E. S., o qual reuniu cerca de 50 delegados (de liceus escolas técnicas e universidades) dos vários núcleos do país. Nele se lançaram importantes bases para a definição de um programa global de intervenção estudantil, em termos anticapitalistas, e se estruturou organizativamente, à escala nacional, aquele sector.